



Desafios fiscais da Prefeitura de Porto Alegre Maio/2014



Desafios fiscais para Porto Alegre do futuro

Receita: R\$ 1 bilhão represadas pela indefinição do SIAT

Despesa: R\$ 770 milhões até 5 cincos

- Déficit de caixa: R\$ 200 milhões;
- Elevação anual de R\$ 140 milhões do endividamento municipal decorrente das obras de mobilidade urbana a partir de 2016;
- Aporte de capital as obras do Metrô no montante de R\$ 690 milhões junto ao BNDES;
- Contraprestação anual de R\$ 20 milhões até 150 milhões;
- Subvenção de tarifária : R\$ 140 milhões;
- Risco anual de demanda: R\$ 7 milhões;
- Constituição de Fundo Garantidor de R\$ 100 milhões com recursos do Fundo de Participação do Município (FPM);
- Risco, ainda não mensurado de aporte de capital, na construção do Metrô;
- Fundo de Desenvolvimento Regional Metropolitano (R\$ 33 milhões anuais);
- Crescimento explosivo da folha e de custeio.



Cenário fiscal prospectivo:

- Previsão de resultado primário negativo em 2014 e 2015;
- Déficit orçamentário sucessivos em 2012 e 2013; 2014 (?)
- Receita fiscal cresce abaixo da inflação, sendo 2015 e 2016 (ajuste macroeconômico devido ao descontrole das contas federais);
- Despesas no Município:
 - Pessoal crescendo a 6% reais;
 - Custeio (contratos, subvenções, etc.) crescendo a 9% reais;
- Elevação do endividamento municipal para 20% (relação DCL/RCL);
- Redução da capacidade de pagamento: B+ para B ou B-;

Lição apreendida no Estado: O ajuste fiscal é feito pelo lado da receita e da despesa



Instituições do ajuste fiscal

- Descasamento entre o controle orçamentário e financeiro da despesa pública, os instrumentos básicos que existem na LRF não estão sendo praticados:
 - Racionalização do gasto público;
 - Contingenciamento da despesas com base nos anexos de Metas Fiscais;
 - Metas Fiscais;
 - Acompanhamento de vínculos orçamentários;
 - Excesso de valorização dos indicadores em detrimento das metas fiscais.
- A Secretaria da Fazenda carece de reforma gerencial:
 - Carência de uma estrutura de TI, visando alavancar a receita própria;
 - Procempa não atua como parceira da SMF;
 - Controladoria Geral não é pró-ativa na área orçamentária;
 - Excesso de atribuições da Controladoria inibe a especialização financeira;
 - Carência de uma gerência de ativos (Imóveis, FunCopa, CEPAC);
 - Controles de dívida e financeiros merecem maior atenção.



Evidências: Crescimento real das despesas

NATUREZA DE DESPESA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas Correntes	2,30%	15,88%	2,36%	1,75%	5,69%	6,22%	9,08%	3,02%
Pessoal e Encargos	3,39%	18,27%	2,63%	0,78%	6,70%	6,34%	7,44%	5,43%
d/q Aplicações diretas	3,39%	3,52%	2,74%	0,86%	6,58%	6,32%	7,26%	5,53%
d/q intraorçamentária			1,85%	0,17%	7,55%	6,42%	8,64%	4,81%
Juros e Encargos da Dívida	-20,51%	-24,18%	-0,17%	3,21%	-5,95%	30,84%	18,67%	7,30%
Outras Despesas Correntes	2,00%	14,26%	2,05%	3,07%	4,60%	5,48%	11,12%	-0,40%
Despesas de Capital	-6,47%	41,22%	-0,13%	1,48%	32,91%	8,85%	7,01%	10,14%
Investimentos	10,30%	48,81%	-25,41%	10,52%	59,77%	8,85%	21,34%	-15,15%
Amortização da Dívida	-24,70%	23,54%	-0,15%	5,15%	-13,75%	-21,04%	5,29%	8,11%
Inversões Financeiras				-30,36%	6,24%	60,46%	-60,00%	381,06%
TOTAL	1,51%	17,97%	2,11%	1,72%	8,30%	6,53%	8,83%	3,87%

ITENS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013/2006	MÉDIA
SAÚDE	R\$ 337,4	R\$ 360,3	R\$ 370,1	R\$ 376,2	R\$ 417,8	R\$ 410,1	R\$ 426,7	R\$ 506,0	R\$ 469,0	38,99%	4,20%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$ 79,9	R\$ 90,8	R\$ 104,1	R\$ 117,0	R\$ 117,8	R\$ 131,8	R\$ 140,0	R\$ 159,9	R\$ 146,6	83,52%	7,88%
PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 69,6	R\$ 60,9	R\$ 85,6	R\$ 110,0	R\$ 96,3	R\$ 111,6	R\$ 110,3	R\$ 115,1	R\$ 108,1	55,36%	5,66%
CARACTERÍSTICA DE PESSOAL	R\$ 159,7	R\$ 160,4	R\$ 176,4	R\$ 185,0	R\$ 174,5	R\$ 186,4	R\$ 184,4	R\$ 175,2	R\$ 175,3	9,76%	1,17%
MANUTENÇÃO	R\$ 232,8	R\$ 237,9	R\$ 263,5	R\$ 252,1	R\$ 270,5	R\$ 282,3	R\$ 313,3	R\$ 370,1	R\$ 399,6	71,63%	6,99%
OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$ 99,1	R\$ 127,2	R\$ 135,7	R\$ 155,1	R\$ 146,8	R\$ 161,7	R\$ 177,5	R\$ 198,2	R\$ 207,5	109,34%	9,67%



Sugestões:

- Controle e regras para crescimento com pessoal; (DECRETO)
- EPTC como empresa dependente do Tesouro (PARECER ELABORADO);
- Rever as estruturas da Secretaria da Fazenda: criar a Diretoria de Finanças, Tecnologia da Informação, Gerência de ativos, a Seção de Dívida; redefinir o papel da controladoria;
- Criar a Secretaria de Auditoria e Transparência pública, com autonomia funcional e orçamentária.
- Subordinar a PROCEMPA à SMF conforme experiência do Estado (ALTERAÇÃO LEI);
- Praticar de fato os regramentos da Junta Financeira Orçamentária ou trazer a área orçamentária para SMF;
- Buscar parceria com consultoria externa para avaliar a questão previdenciária do Município.